

# Um roteiro seguro para este nosso "vôo cego" 32

**Antônio Barros de Castro**

NESTE atribulado fim de ano, parecem ruir, como um castelo de cartas, os feitos de 1986. A mais imediata consequência disto talvez seja a apreensão ou mesmo aberto medo, com que numerosos cidadãos, empresários e governantes encaram o "vôo cego" de 1987.

Não obstante compreensível, o medo de 1987 revela, no meu entender, uma visão no mínimo parcial e provavelmente equivocada da situação em que nos encontramos. Para justificar este juízo, proponho ao leitor uma comparação entre 1986, e 1985.

A confrontação entre os resultados obtidos pela economia brasileira nos últimos dois anos revela, antes de mais nada, uma forte e surpreendente semelhança. O tão propalado crescimento industrial de 1986 por exemplo, foi claramente prenunciado no ano anterior. Mais precisamente, de julho de 1985 a fevereiro de 1986, o crescimento industrial foi de 11% — praticamente a mesma velocidade alcançada em 1986. Quanto à celebrada redistribuição de renda verificada em 1986, convém lembrar que já em 1985 os salários haviam-se elevado, em média, significativamente mais do que a produtividade — o que não é de estranhar-se dada a brutal contração salarial ocorrida durante a recessão. A este respeito, aliás, o que singulariza 1986 é a notória elevação dos ganhos recebidos pela mão-de-obra não qualificada. Isto porém, antes que um resultado da política econômica, parece haver sido basicamente determinado por uma conjugação de circunstâncias tão excepcional quanto imprevista. Refiro-me ao fato de que um grande número de pequenas, médias e microempresas, direta ou indiretamente responsáveis pelo emprego de grande parte da mão-de-obra não qualificada, defrontaram-se no ano do Cruzado com uma insólita combinação de preços "livres" para si, contidos para os demais e (consequentemente) com uma demanda verdadeiramente insaciável. A tendência altista dos salários por elas pagos foi, além do mais, evidentemente realimentada pelo progressivo esgotamento do chamado exército de reserva de trabalhadores.

No que se refere à estabilidade dos preços, como sabemos, o ano se encerra — como há 12 meses atrás — sob o império da incerteza e da mudança do nível de inflação. Vista a questão sob este ângulo, a diferença (para melhor) de 1986 consiste, pois, no nível absoluto das taxas esperadas de elevação dos preços... Finalmente, quanto ao Balanço de Pagamentos, é importante frisar que até agosto deste ano o saldo comercial continuava apto a cobrir a totalidade dos compromissos externos. A partir daquele ponto, no entanto, a situação degenerou como reflexo da explosão das compras e do término dos estoques, da insana tentativa de apagar o incêndio da demanda interna com o conta-gotas das importações e, sobretudo, por efeito da expectativa de uma iminente desvalorização cambial. Tudo indica, no entanto, que, apesar do prolongamento (por diferentes razões) do impeto comprador no mês de dezembro, o saldo comercial já se encontra em franca e rápida reconstituição.

O que precede parece suscitar diversas

indagações e, talvez, algumas conclusões. Quanto a estas últimas, no limitado espaço deste artigo, tomarei apenas uma.

Longe de alterar em profundidade os rumos da economia, a política econômica de 1986 foi um espetáculo de pirotécnica. De início brilhante, ao final porém lamentável — com os últimos rojões estourando nas mãos de fogueteiros incautos. Isto posto, longe de discrepar qualitativamente (e, até mesmo, quantitativamente) de 1985, o ano agora findo deu prosseguimento a uma vigorosa tendência expansiva. Esta, entre outros aspectos positivos, traz consigo, como mínimo, a recuperação dos níveis salariais pré-recessão e, como possibilidade, a elevação progressiva dos salários.

Restabelecida a continuidade, convém assinalar pelo menos duas singularidades de 1986. A primeira delas resulta de que o investimento cresceu significativamente neste ano, atingindo possivelmente 19% do Produto. A mais imediata consequência disto é que, por primeira vez desde que se iniciou a retomada, o crescimento deverá contar, daqui por diante, com capacidade produtiva criada após a recessão. A ocupação desta capacidade adicional evidentemente acarretará deslocamentos e induzirá novas reações. Por outro lado, a explosão de demanda que caracterizou 1986 revelou "apetites" e rigidezes que longe estavam de ser evidentes. Exemplifico. A demanda de refrigerantes e outras bebidas, bem como a de eletrodomésticos, produtos de limpeza e toucador, parece haver-se expandido a taxas no intervalo de 25 a 50% em 1986. Contrariamente, as compras de arroz e feijão (sem chocar-se com restrições de oferta) teriam crescido apenas 6% e 0,9%, respectivamente. Quanto à oferta, em diversos casos revelou-se incontornavelmente rígida e — o que é mais grave — as empresas responsáveis pelo seu suprimento nem sempre reagiram à altura, através da ampliação de seus programas de inversão. Isto parece ser particularmente evidente entre empresas públicas e multinacionais.

Estas e outras questões — que a sobre-dose de demanda verificada em 1986 ajudou a paten-tear — fornecem senão um roteiro, pelo menos um balizamento mínimo para as decisões privadas e públicas no ano que se abre. Em particular as políticas públicas deverão atentar para os engarrafamentos e "exageros" revelados em 1986 — quando pela primeira vez a economia revelou-se menor, não apenas que as necessidades, mas também que as próprias demandas dos cidadãos. O retorno à névoa inflacionária não implica, em suma, vôo cego. O crescimento prosseguirá, sem preços suíços e dinâmica japonesa mas, é de esperar-se, divergindo da tradição brasileira pela crescente importância atribuída aos bens e salários. Para esta última mudança poderão contribuir, além do estado em que se encontra o mercado de trabalho, certas políticas públicas (em particular, no meu entender, uma ousada política de salário mínimo), as lutas sindicais e a consciência de que a consolidação da democracia requer, ou melhor, exige, a universalização da cidadania econômica.